



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Paisagem Humanizada: modelos de referência para gestão da cidade (pós-)pandêmica¹

Sessão Temática ST10: Crise sanitária e reestruturação urbana

Victor Augusto Bosquilia Abade

Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGTU/PUCPR) – victorabade92@gmail.com

Leticia Peret Antunes Hardt

Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGTU/PUCPR) – l.hardt@pucpr.br

Carlos Hardt

Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGTU/PUCPR) – c.hardt@pucpr.br

Bruno Azambuja dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGTU/PUCPR) – azambujabruno@hotmail.com

Amanda Cerioni Belniaki

Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGTU/PUCPR) – amandacerionibelniaki@gmail.com

Resumo. Frente à problemática imposta por pandemias, o objetivo da pesquisa consiste em classificar modelos de referência, na esfera nacional e em âmbito internacional, aplicados à gestão da paisagem urbana durante e após esses eventos. Com caráter exploratório e feição qualiquantitativa, foi baseada em análise bibliométrica de artigos científicos, os quais, sistematizados em categorias teórico-classificadoras de óticas físico-territoriais, socioeconômicas, político-institucionais, jurídico-legais e técnico-tecnológicas, revelam que as estratégias de planos, projetos, ações e iniciativas similares, tanto formais quanto informais, ainda são insuficientes para a governança humanizada da urbe em contextos de crises sanitárias, confirmando a hipótese de que são normalmente voltadas à adaptação para remediação de situações adversas derivadas de fatores epidemiológicos e de suas medidas de restrição de circulação e de isolamento da sociedade. Os resultados também evidenciam a relevância do planejamento urbanístico na conjuntura dos textos analisados, concluindo-se pela pertinência do exame minucioso das práticas levantadas, a serem não apenas aplicadas, mas essencialmente aprimoradas para a humanização de cenários da cidade (pós-)pandêmica.

Palavras-chave: abordagens científicas; iniciativas aplicadas; categorias teórico-classificadoras; esfera nacional; âmbito internacional.

¹ A presente investigação é fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) e pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Humanized Landscape: Reference models for (post-)pandemic city management

Abstract. Faced with the problems imposed by pandemics, the objective of the research is to classify reference models, at the national and international levels, applied to the management of the urban landscape during and after these events. With an exploratory character and a qualitative and quantitative feature, it was based on a bibliometric analysis of scientific articles, which, systematized into theoretical-classificatory categories from a physical-territorial, socioeconomic, political-institutional, juridical-legal, and technical-technological perspectives, reveal that the strategies of plans, projects, actions, and similar initiatives, both formal and informal, are still insufficient for the humanized governance of the city in contexts of health crises, confirming the hypothesis that they are normally aimed at adapting to remediate adverse situations derived from epidemiological factors and their measures to restrict circulation and isolate the society. The results also show the relevance of urban planning in the conjuncture of the analyzed texts, concluding for the pertinence of the detailed examination of the practices raised, to be not only applied, but essentially improved for the humanization of (post-)pandemic urbanized scenarios.

Keywords: scientific approaches; applied initiatives; theoretical-classificatory categories; national sphere; international scope.

Paisaje Humanizado: Modelos de referencia para la gestión de ciudades (post-)pandémicas

Resumen. Ante la problemática que imponen las pandemias, el objetivo de la investigación es clasificar modelos de referencia, a nivel nacional e internacional, aplicados a la gestión del paisaje urbano durante y después de estos eventos. Con un carácter exploratorio y un rasgo cualitativo y cuantitativo, se basó en un análisis bibliométrico de artículos científicos, los cuales, sistematizados en categorías teórico-clasificadoras desde puntos de vista físico-territoriales, socioeconómicos, político-institucionales, jurídico-legales y técnico-tecnológicos, revelan que las estrategias de planes, proyectos, acciones e iniciativas similares, tanto formales como informales, aún son insuficientes para la gobernanza humanizada de la urbe en contextos de crisis sanitaria, lo que confirma la hipótesis de que normalmente se orientan a la adaptación para remediar las adversidades derivadas de factores epidemiológicos y sus medidas para restringir la circulación y aislar a la sociedad. Los resultados también muestran la relevancia de la planificación urbana en la coyuntura de los textos analizados, concluyendo por la pertinencia del examen detallado de las prácticas planteadas, para ser no solo aplicadas, sino esencialmente mejoradas para la humanización de los escenarios de ciudad (post-)pandémica.

Palabras clave: enfoques científicos; iniciativas aplicadas; categorías teórico-clasificadoras; ámbito nacional; alcance internacional.

1. Introdução

O contexto pandêmico proporcionado pela *coronavirus disease* 2019 (COVID-19 – doença do coronavírus 2019) revelou inúmeras adversidades para a gestão das cidades e na vida dos cidadãos. Se, por um lado, o comportamento urbano mudou radicalmente com as restrições impostas para prevenção de maior disseminação viral, por outro, os hábitos e costumes dos indivíduos se transformaram para atendimento aos novos protocolos sociais e sanitários.

Como a cidade facilita a transmissão de episódios epidêmicos e a instalação de crises sanitárias (HARDT et al., 2020), logo após a declaração da pandemia no início de 2020 (WHO, 2020), diferentes estratégias foram adotadas por diversas nações para redução da propagação do vírus. Dentre elas, destacam-se a paralisação parcial de funções socioeconômicas, a utilização de alta tecnologia para rastreamento e isolamento de pessoas, e a aplicação de testes rápidos para identificação das contaminações, complementadas pelo uso obrigatório de máscaras (DURRHEIM; BAKER, 2020). Essas e outras deliberações, bem como as implicações da COVID-19 na saúde da população, provocaram inúmeros impactos ao planejamento e à gestão urbana, obrigando a adoção de medidas para enfrentamento dessa **problemática**, maximizada pela carência de compreensão de planos e modelos de referência voltados ao controle pandêmico em paisagens urbanas.

Complementarmente, parte-se do pressuposto de que ações para a humanização de ambientes públicos contribuem para a satisfação psíquica e para o conforto físico dos cidadãos, altamente afetados pelas condições determinadas para resguardo ao contágio do coronavírus. Essas práticas podem ser viabilizadas por características dos componentes espaciais, que ofereçam bem-estar aos usuários, ou por propostas elaboradas por governantes e atores da sociedade civil, direcionadas a questões sustentáveis e sociais (OLIVEIRA; BORGES, 2018; SOETHE; LEITE,

2015). Entretanto, de maneira similar aos planos urbanísticos, depara-se com reduzidas diretrizes de orientação à implementação de paisagens humanizadas em cidades.

Frente a esses problemas, tem-se como **questionamento** investigativo: como são abordados os exemplos de estratégias em modelos de referência (e.g. planos, projetos, ações e iniciativas similares) direcionados à gestão humanizada da urbe em contextos de crises sanitárias? Visando à formulação de respectivas respostas, o **objetivo** principal do trabalho é classificar esses exemplos, na esfera nacional e em âmbito internacional, aplicados à gestão da paisagem urbana durante períodos pandêmicos.

O alcance desse intuito é vinculado à **hipótese** de que os citados modelos são normalmente voltados à adaptação para remediação de situações adversas derivadas de fatores epidemiológicos e de suas medidas de restrição de circulação e de isolamento social. Com base nessas considerações, o presente artigo inicia com o embasamento de fundamentos teóricos, direcionados à conceituação de paisagens humanizadas, em especial em contextos de crises sanitárias, além da proposição teórica de categorização dos exemplos de referência quanto à prática urbanística.

Na sequência, são descritos os procedimentos metodológicos adotados para seleção e classificação das iniciativas pertinentes à pesquisa. Posteriormente, são discutidos os resultados alcançados, centrados em casos específicos selecionados por meio de análise bibliométrica e revisão sistemática de literatura, ordenados a partir da estrutura teórico-classificatória delimitada. Por fim, são realizadas considerações gerais sobre o trabalho, com vistas à sistematização de ações de humanização de cenários urbanizados e de direcionamentos futuros de aplicação investigativa.

2. Fundamentos teóricos

Pela dinâmica recente (e ainda vigente) da pandemia da COVID-19 e pela problemática aventada, foram estipulados dois recortes teóricos principais para o estabelecimento do **estado da arte**. O primeiro é dirigido aos temas centrais "paisagem humanizada e a cidade pós-pandêmica", por tratarem dos contextos espaciais da pesquisa. O segundo é direcionado ao conceito de "modelos de referência" e suas classificações específicas, visando à (re)humanização de urbes contemporâneas.

2.1. Paisagem humanizada e a cidade pós-pandêmica

Apesar das suas diferentes abordagens, o conceito de paisagem está associado a diferentes relações entre elementos naturais e antrópicos, assim como às percepções dos indivíduos em espaços físicos. Essa definição permeia interações da realidade concreta com as dimensões sociais e culturais vivenciadas pelo ser humano, por meio de dualidades entre universo e indivíduo, natureza e cultura, objeto e sujeito (ALEHASHEMI et al., 2017; KESHTKARAN, 2019).

Segundo Custódio (2014[2000]), para sua compreensão, é necessário o reconhecimento das configurações das sociedades formadoras da sua história, visando ao entendimento das contribuições dos povos nos processos de modificações dos ambientes ao longo do tempo. Dessa maneira, trata-se de algo amplo e com múltiplas camadas, incluindo questões subjetivas, objetivas, individuais e coletivas.

No enquadramento urbano, a concepção paisagística está usualmente atrelada ao urbanismo e à arquitetura, apoiada nas multifacetadas interpretações conceituais sobre cidade e seus cenários (KESHTKARAN, 2019). Nessa perspectiva, a urbe é um objeto físico, no qual as variadas óticas de especialistas são voltadas aos seus aspectos visuais e funcionais. Scherer (2002) a entende, porém, como o diálogo entre o sítio concebido pelo homem e os elementos naturais, ou seja, pelas associações entre o conjunto de formas construídas e sua incorporação no ambiente original.

Sob o enfoque artístico e funcional, Cullen (2015[1961]) considera a paisagem urbana como o resultado da arte de tornar visivelmente agradável o aglomerado de edifícios, ruas e locais que compõem o meio citadino. Em uma visão contemporânea, inclui relações dinâmicas e flexíveis do ambiente antropizado sobre o natural para a criação de continuidade espaço-temporal ilimitada e indefinida, abrangendo, assim, o conjunto de áreas e finalidades, bem como as diferentes formas culturais (DE WIT, 2016; KALAIARASAN, 2016; KESHTKARAN, 2019).

Entende-se, então, que a habilidade de interpretação de uma paisagem é complexa e não universal, uma vez que sua observação pode estar atrelada a sensações e impressões sobre o local. Nessa direção, a humanização das cidades contribui positivamente para a avaliação dos seus cenários, pois essa condição adota o cidadão como protagonista do espaço urbanizado por meio de políticas públicas que garantam o seu bem-estar (OLIVEIRA, BORGES, 2018).

Para Ferreira e Artmann (2018), a capacidade humanitária prioriza a qualidade de atenção e cuidado à pessoa, bem como a sua satisfação. No âmbito das cidades e, conseqüentemente das suas paisagens, Oliveira e Borges (2018) a associam ao planejamento urbano, quando direcionado à valorização da dimensão humana e ao sentimento de pertencimento dos cidadãos.

Para os mesmos autores, essa condição é assegurada nos princípios de planos participativos, visando à constituição de espaços justos e democráticos para ampla garantia de acesso aos equipamentos públicos e às ações sociais, educacionais, políticas, econômicas e culturais. Para tanto, conforme Meisner et al. (2019), a aplicação prática desses postulados pode ocorrer de diferentes maneiras nas cidades, desde intervenções físicas na paisagem a diretrizes abstratas e subjetivas.

Uma das possibilidades de ações de humanização do espaço urbanizado se volta às soluções que se refletem na escala e na mobilidade dos usuários, assim como em dinâmicas que favorecem a vitalidade, a sustentabilidade e a segurança das áreas públicas (GEHL, 2014[2009]); JACOBS, 2011[1961]). Adicionalmente, algumas estratégias aplicadas às paisagens são respaldadas em premissas de acessibilidade, vitalidade, legibilidade, socialidade e satisfação visual (MOURATIDIS; POORTINGA, 2020; NIA, 2021; PÉREZ-DELHOYO et al., 2016; TAVASSOLIAN; NAZARI, 2015; VIHANNINJOKI, 2021).

Em contrapartida, durante o período de pandemia da COVID-19, foram impostas consideráveis restrições de circulação, as quais, de acordo com Ximenes et al. (2020), transformaram significativamente a dinâmica social, especialmente nas metrópoles mundiais. Esses últimos pesquisadores, a despeito de modelos de cidades (pós-)pandêmicas, reforçam a ideia de vitalidade urbana por meio da apropriação do espaço público e do resgate da dimensão humana, objetivando a saúde e o bem-estar dos usuários na busca de relações de afeto e de estímulo a laços comunitários.

De acordo com informações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organization for Economic Co-Operation and Development – OECD, 2020), podem ser apontadas três características fundamentais para a reformulação do ambiente citadino visando à mitigação de crises sanitárias. A primeira é alusiva à configuração de localidades inclusivas, nas quais práticas comunitárias para pessoas vulneráveis devem ser prioridade dos sistemas governamentais e institucionais, mediante disponibilidade de habitações e adequadas condições de mobilidade para prevenção de riscos de contaminação, por exemplo. A segunda diz respeito à conformação de urbes verdes, apoiadas em condutas ambientalmente corretas, sobretudo naquelas direcionadas ao consumo e produção de bens que favoreçam a economia local. Por fim, a terceira é voltada à constituição de cidades inteligentes, relacionadas ao emprego de tecnologias e inovações, por intermédio de ferramentas digitais, para melhoria dos espaços urbanizados.

Diante do exposto, e no âmbito da presente pesquisa, pode-se apontar como modelo ideal de cidade (pós-)pandêmica, aquele que reúne preceitos de urbes sustentáveis, vivas, acessíveis, legíveis, inclusivas, verdes e inteligentes, dentre vários outros. No entanto ainda cabe o

entendimento sobre exemplos aplicáveis à adequação da paisagem urbana a satisfatórias condições humanas.

2.2. Modelos de referência aplicados à humanização das cidades

Frente às bruscas modificações da vida em sociedade e, por consequência das suas dinâmicas, temporárias ou permanentes, torna-se essencial a busca por soluções para essas mudanças. Dessa maneira, modelos de referência, objeto de estudo deste trabalho, são aqueles definidos como técnicas, métodos e estratégias para a *praxis* cidadina, que tenham como finalidade a melhoria da excelência, atual e futura, do meio urbano. Ou seja, são aplicações práticas no ambiente urbanizado que melhoram a qualidade de vida dos cidadãos.

Apesar de abrangente, principalmente por envolver medidas sobre o espaço físico e percebido das cidades, a busca por modelos de referência em gestão pode ser subdividida em classificações específicas, com padrões de orientações em categorias: físico-territoriais, socioeconômicos, político-institucionais, jurídico-legais e técnico-tecnológicos. Para melhor entendimento, as características essenciais de cada uma delas são expostas na sequência.

Os **modelos físico-territoriais** compreendem aqueles que objetivem o ordenamento do espaço das cidades, com vistas ao equilíbrio entre crescimento social, econômico e ambiental. Ou seja, tratam da conformação espacial pública e privada, abordando saberes do planejamento, do desenho ou da própria gestão para intervenção em um objeto comum de manejo urbanístico (DUARTE, 2013[2007]).

No enquadramento brasileiro, o arranjo territorial é marcado, em primeira instância, pela instituição da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e, *a posteriori*, dos estatutos da Cidade e da Metrópole (BRASIL, 2001; 2015). Dentre outros, esses dispositivos legais não somente definem o plano diretor como ferramenta de planejamento e ordenamento, assim como instrumentos de desenvolvimento urbano integrado, mas também determinam a adoção de padrões para produção e consumo em compatibilidade com limites do desenvolvimento sustentável. Incluem, portanto, medidas de alterações na paisagem urbana ou projetos específicos nas variadas escalas urbanísticas.

Os **modelos socioeconômicos** são aqueles direcionados ao crescimento do sistema produtivo, com mitigação dos seus impactos sobre diversos fatores sociais. A abordagem, em termos de definição conceitual, é ampla e variada, mas, apesar de poder serem interpretados como o conjunto de medidas que não prezem o lucro como finalidade máxima e suportados pelo cooperativismo, nesta pesquisa são dirigidos à valorização das relações da sociedade e seus desdobramentos na economia (DAVIS; DOLFSMA, 2008).

Com interpretação similar, proveniente da sociologia, Santos (2005) expõe a necessidade do entendimento da configuração, da evolução e das consequências das divisões econômicas e suas associações com as desigualdades que, há tempos, permeiam o quadro brasileiro, para que, assim, políticas públicas possam priorizar o bem-estar social. Contudo, no contexto de crises sanitárias, os recursos comunitários, e até mesmo estatais, constituem esforços para amenização de diferenças entre classes, com o intuito de reduzir o desequilíbrio do desenvolvimento humano em uma mesma sociedade (ANTUNES, 2008). Dessa maneira, pode-se exemplificar como soluções, a distribuição de alimentos a pessoas vulneráveis, o acolhimento de indivíduos em situação de rua, o adequado acesso aos recursos de saúde e de transporte, e a sustentação do sistema financeiro.

Como **modelos político-institucionais**, entende-se o complexo de ações que buscam o estabelecimento de instituições, naturalmente atreladas a um caráter de representatividade, como a atuação do Estado na gestão cidadina. Nesse sentido, são iniciativas governamentais para a implementação de estratégias por meio de espaços participativos e institucionalizados com o intuito de elevação da qualidade de vida dos cidadãos (LOPES; NASCIMENTO, 2016). A natureza

desses arranjos visa às funções normativas de debate, decisão e controle de diretrizes públicas, a partir de um processo articulador e deliberativo com potencial de propor e/ou alterar o formato e o conteúdo das deliberações estatais (ALMEIDA; CUNHA, 2011).

Severo (2018) ressalta que a confiança e a legitimidade das instituições são essenciais para a efetividade das agendas políticas, pois, além de promover valores como a inclusão sociopolítica e a contestação pública nos processos decisórios, contribuem para a aproximação do cidadão nas tomadas de decisão e para a consolidação do regime democrático. Na conjuntura de cidades (pós)pandêmicas, são exemplos ações, planos estratégicos, resoluções e normas administrativas criadas com a participação de instituições e grupos sociais que orientam a dinâmica dos espaços público e privado para a gestão de riscos de contaminação e disseminação viral, bem como o diagnóstico rápido da doença.

Em âmbito similar, os **modelos jurídico-legais** são compreendidos como os que geram um arcabouço legislativo de permissões e restrições da atuação estatal e social (pública ou privada) no espaço urbano. Na disciplina urbanística, os instrumentos normativos visam regulamentar transformações espaciais, bem como analisar suas eficácias e suas interferências na qualidade de vida dos cidadãos e no ambiente construído e natural (COSTA, 2016).

Minahim e Costa (2021) lembram que, no período pandêmico, para dar respostas à gravidade epidemiológica e para estabelecer ações que extrapolam o controle individual, inúmeros esforços conjuntos entre diferentes esferas de poder do Estado foram criados no intuito de reduzir os riscos de contaminação da sociedade. Segundo os autores, os resultados dessas práticas compreendem normas de orientação de convivência coletiva, incluindo isolamento, quarentena e realização compulsória de exames e testes de COVID-19, além do uso obrigatório de máscaras de proteção individual e de outras medidas profiláticas.

Entretanto outras leis e decretos foram implementadas, de maneira severa, como o *lockdown*, ou de modo brando, como a interdição ou estabelecimento de limite de ocupação de espaços públicos e privados. Em geral, essas iniciativas visaram evitar a aglomeração de pessoas e a disseminação do vírus (MINAHIM; COSTA, 2021).

Por fim, os **modelos técnico-tecnológicos** utilizam técnicas ou artefatos específicos, digitais ou analógicos, atrelados a fatores de concepção inovadora para atuação sobre o espaço urbanizado. Considerado um campo de abordagem multidisciplinar, os termos “tecnologia” e “inovação” vêm sendo há tempo adotados em diversas áreas do conhecimento, inclusive no campo da saúde, como centro estratégico e de desenvolvimento da sociedade (LORENZETTI et al., 2012).

A técnica e a tecnologia são instrumentos intrínsecos à humanidade, uma vez que compreendem, respectivamente, regras e soluções para a resolução de problemas do cotidiano. Por outro lado, as inovações se referem ao incremento de melhorias em produtos, processos e organizações, não restritas à produtividade industrial, mas abrangendo também a produção intelectual e a estrutura de serviços prestados por instituições públicas e privadas (LORENZETTI et al., 2012).

No período pandêmico da COVID-19, as tecnologias, sobretudo digitais, foram amplamente empregadas nas estratégias de diagnóstico da doença e no rastreamento de pessoas (CELUPPI et al., 2021). Alguns exemplos de soluções tecnológicas para o enfrentamento da pandemia são os recursos de inteligência artificial para inferir o *status* de exposição dos indivíduos ao vírus no espaço urbano e os serviços de telemedicina para diagnóstico e tratamento, inclusive de atendimento psicológico, além do desenvolvimento de aplicativos de monitoramento por localização dos casos ativos.

Essas tipologias de modelos de referência balizam a estruturação de métodos e técnicas da investigação, adiante detalhados. Essencialmente, direcionados à análise bibliométrica e à revisão sistemática para identificação da aplicação das classes determinadas para o estudo.

3. Procedimentos metodológicos

De caráter exploratório e feição qualiquantitativa, a conjuntura procedimental da pesquisa é baseada em dados secundários e em métodos mistos para a construção de classificação voltada a modelos de referência para tratamento de cidades (pós-)pandêmicas e construção de paisagens humanizadas. Nesse sentido, foram utilizadas técnicas de bibliometria das fontes levantadas e de revisão sistemática de seus conteúdos a partir de buscas em repositórios de periódicos científicos.

Nesse caso, foram utilizadas as bases da Scientific Electronic Library Online (SciELO, 2022) e da Web of Science (WoS – CLARIVATE, 2022), a fim de gerar escopos relacionados a obras científicas tanto de caráter nacional e latinoamericano quanto de cunho internacional. Assim, foram analisados estritamente artigos que tratam de estudos de caso (formais ou informais) desenvolvidos por instituições em iniciativas com alguma interveniência em cidades durante e após o período pandêmico da COVID-19.

A construção de busca foi definida por uma *string* (cadeia) abrangente, formada somente com as palavras “*pandemic*” (pandemia), “*urban*” (urbano) e “*landscape*” (paisagem), para coleta de ampla quantidade amplo de resultados para realização de averiguação inicial do padrão teórico proposto para classificação. Os textos encontrados foram analisados seguindo três variáveis: contexto geográfico, compreendendo o local de realização do trabalho; modelos de referência, comportando planos, projetos, ações e iniciativas similares de caráter institucional; e abordagem paisagística, envolvendo soluções de tratamento da paisagem, de modo direto ou indireto.

O Quadro 1 expõe os critérios de inclusão e exclusão dos artigos, enquanto a Figura 1 apresenta o protocolo completo de busca e o Quadro 2 sintetiza as variáveis para procedimentos de leitura dos textos encontrados.

Quadro 1: Critérios de inclusão e exclusão para busca bibliométrica (fonte: elaborado pelos autores com base nos procedimentos metodológicos adotados)

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	
FORMAIS:	estudos sobre atuação específica de uma instituição de governança
INFORMAIS:	pesquisas sobre ações executadas por comunidades ou pessoas, com pouco ou nenhum envolvimento do poder público
CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	
TEMÁTICOS:	artigos sobre assuntos não pertinentes às temáticas da presente investigação (urbanísticos, paisagísticos e relativos à pandemia da COVID-19)
TEÓRICOS:	textos de caráter exclusivamente teórico
MODELARES:	trabalhos sem análise de atuação específica, ou de pesquisa “empírica pura”
CRONOLÓGICOS:	documentos não enquadrados no período temporal da pandemia da COVID-19 (2020-2022)
URBANÍSTICOS:	investigações sem inserção no espaço urbanizado
RESTRITIVOS:	manuscritos sem possibilidade de acesso para sua leitura na íntegra

WEB OF SCIENCE	SciELO
String de busca <i>pandemic AND (urban OR landscape)</i>	String de busca <i>pandemic AND (urban OR landscape)</i>
TOTAL BRUTO DE ARTIGOS: n = 8.857	TOTAL BRUTO DE ARTIGOS: n = 166
Filtros	Filtros
<ul style="list-style-type: none"> TEMPORAL: janeiro de 2020 – 2022 – inclusive com publicação aceita para 2023 n = 8.328 TIPOLÓGICO: artigos e artigos de revisão n = 7.722 SELETIVO POR CATEGORIAS: <i>Urban Studies</i> n = 516 <i>Regional and Urban Planning</i> n = 199 	<ul style="list-style-type: none"> TEMPORAL: janeiro de 2020 – novembro de 2022 n = 159 TIPOLÓGICO: artigos e artigos de revisão n = 153 SELETIVO POR ÁREAS TEMÁTICAS: <i>Urban</i> n = 10
TOTAL DE ARTIGOS ENCONTRADOS: n = 589	TOTAL DE ARTIGOS ENCONTRADOS: n = 10
Critérios de inclusão	Critérios de inclusão
<ul style="list-style-type: none"> FORMAIS – n = 15 INFORMAIS – n = 16 	<ul style="list-style-type: none"> FORMAIS – n = 0 INFORMAIS – n = 2
TOTAL DE ARTIGOS INCLUÍDOS: 31	TOTAL DE ARTIGOS INCLUÍDOS: 2
Critérios de exclusão	Critérios de exclusão
<ul style="list-style-type: none"> TEMÁTICOS – n = 54 TEÓRICOS – n = 98 MODELARES – n = 398 CRONOLÓGICOS – n = 6 URBANÍSTICOS – n = 1 RESTRITIVOS – n = 1 	<ul style="list-style-type: none"> TEMÁTICOS – n = 0 TEÓRICOS – n = 2 MODELARES – n = 6 CRONOLÓGICOS – n = 0 URBANÍSTICOS – n = 0 RESTRITIVOS – n = 0
TOTAL DE ARTIGOS EXCLUÍDOS: 558	TOTAL DE ARTIGOS EXCLUÍDOS: 8
TOTAL DE ARTIGOS SELECIONADOS: n = 31	TOTAL DE ARTIGOS SELECIONADOS: n = 2
TOTAL GERAL DE ARTIGOS SELECIONADOS: n = 33	

Figura 1: Diagrama do protocolo de pesquisa (fonte: elaborada pelos autores com base nos procedimentos metodológicos adotados e nos fundamentos teóricos apresentados – ver Seção 2) Nota: realização de buscas no dia 21 de novembro de 2022 para as duas bases e utilização da ‘Coleção principal da Web of Science’

Quadro 2: Variáveis de análise aplicadas sobre o protocolo de leitura dos artigos (fonte: elaborado pelos autores com base nos procedimentos metodológicos adotados e nos fundamentos teóricos apresentados – ver Seção 2)

VARIÁVEIS	DADOS	DESCRITORES
Contexto geográfico	Quantitativos	Localização da aplicação da iniciativa: <ul style="list-style-type: none"> • Nacional; • Internacional; • país e continente de abrangência do estudo.
Modelos de referência	Qualiquantitativos	Classificação de modelos de referência aplicados ao contexto citadino de iniciativas para problemáticas pandêmicas: <ul style="list-style-type: none"> • físico-territoriais, incluindo abordagens paisagísticas propriamente ditas; • socioeconômicos; • político-institucionais; • jurídico-legais; • técnico-tecnológicos.

A partir desses procedimentos, as aferições analíticas foram efetivadas a partir de técnicas de estatística básica e de revisão narrativa. Nesse escopo, também foi realizada a análise de conteúdo dos textos de acordo com as classificações dos modelos de referência. 4. Resultados analíticos

Após a aplicação de filtros temporais, tipológicos e seletivos por categoria (WoS) e por área temática (SciELO), verifica-se a discrepância quantitativa entre as bases de dados, com a predominância da Web of Science (589 artigos – 98,33%) sobre a SciELO (10 – 1,67%). Houve a exclusão de 566 (94,49%) dos 599 trabalhos encontrados (100,00%), totalizando 33 pertinentes (5,51%) (Tabela 1).

Tabela 1: Quantitativo de artigos excluídos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão adotados (fonte: elaborado pelos autores com base nos procedimentos metodológicos adotados – ver Seção 3)

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	Nº	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	Nº
TEMÁTICOS	54	FORMAIS	15
TEÓRICOS	100	INFORMAIS	18
MODELARES	404	-	-
CRONOLÓGICOS	6	-	-
URBANÍSTICOS	1	-	-
RESTRITIVOS	1	-	-
TOTAL	566	TOTAL	33

Dentre algumas questões dos estudos excluídos, vale mencionar que a grande maioria é pertinente à temática geral da pesquisa, mas uma parcela de 54 (9,54%) foi retirada por não possuir um modelo de referência como objeto de investigação e 100 (17,67%) por terem abordagem exclusivamente teórica. Nessa conjuntura, dois temas se destacam: *urban green spaces* (espaços urbanos verdes) e correlatos, principalmente centrados em análises de usos de áreas públicas e relacionados com aspectos de saúde mental; e *chrono-urbanism* (cronourbanismo), especialmente focado em debates sobre a dimensão temporal de utilização da cidade (e.g.: *15-minute city* – cidade 15 minutos). Muitos dos artigos retirados ainda são relativos a características peculiares de educação durante a pandemia e outros tratam do urbano e da paisagem, mas não englobam o evento pandêmico.

Seis artigos foram retirados por motivos cronológicos, ou seja, por não coincidirem com o período da COVID-19, e um ainda por abranger exclusivamente o meio rural. Somente um foi eliminado do conjunto pela sua inacessibilidade de acesso pela Comunidade Acadêmica Federada da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAFe-CAPES).

Dentre os 33 artigos incluídos, 15 (45,45%) foram adicionados pelo critério formal, devido ao caráter institucional associado às atividades. Os outros 18 (54,55%) foram considerados pela característica informal, em função de ações vinculadas a comunidades locais e relativamente dissociadas do poder público.

Em abordagem preliminar dos 33 textos finais, a larga maioria diz respeito a casos estrangeiros (28 – 84,85%) (Figura 2), enquanto apenas cinco (15,15%) a brasileiros. Esse resultado é justificado pela proporcionalidade da produção científica do Brasil em comparação aos outros países, e também pela maior parte dos textos da presente bibliometria terem origem na Web of Science, de abrangência internacional, em associação a poucos casos da SciELO, mais restrita a América Latina.

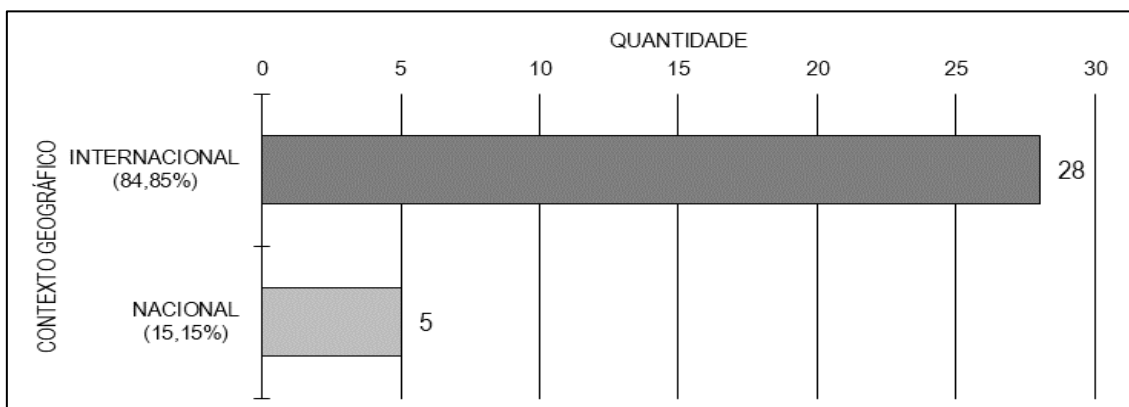


Figura 2: Gráfico de quantitativo de casos dos artigos finais por contexto nacional e internacional (fonte: elaborada pelos autores com base nos procedimentos metodológicos adotados – ver Seção 3)

A análise geográfica direcionada à distribuição por continentes e países (Figura 3 e Tabela 2) mostra que os trabalhos brasileiros se enquadram entre os primeiros em quantidade de casos (5 – 8,9% do total de 56 encontrados) junto à de Cingapura, sendo menor apenas que a da Itália (6 – 10,7%). Assim, pode-se afirmar que o Brasil se destaca no contexto da temática da pesquisa, apontado como local com potencial de produção científica para os modelos de referência em estudo. O continente europeu tem maior ocorrência (26 – 46,2%), seguido pelo asiático (15 – 26,8%), enquanto os demais possuem variação entre dois e seis (3,6% a 10,7%).

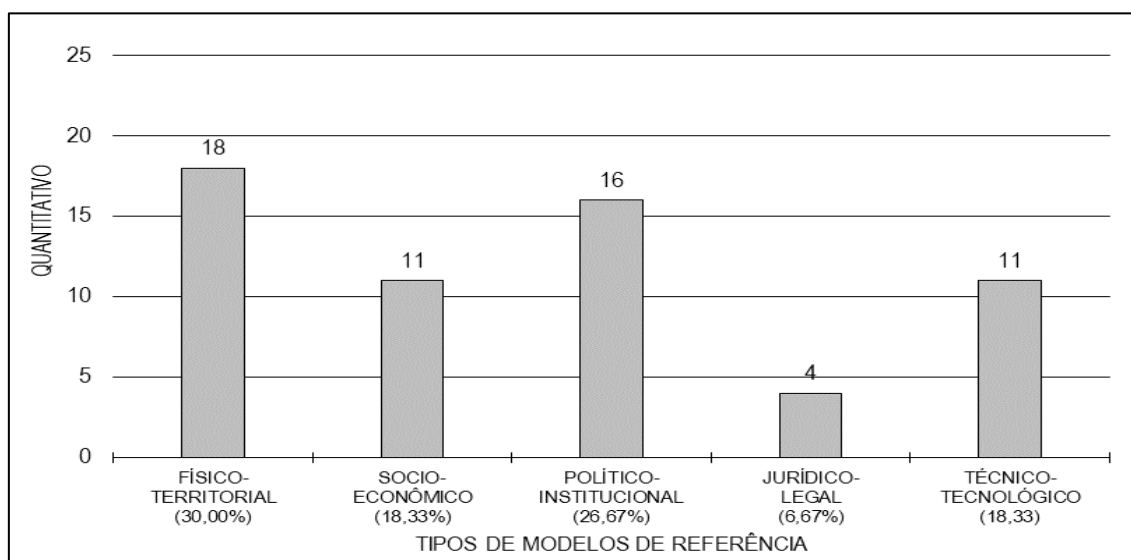


Figura 2: Mapa coroplético de quantitativo de casos dos artigos finais por países (fonte: elaborada pelos autores com base nos procedimentos metodológicos adotados – ver Seção 3)

Tabela 2: Quantitativo de casos dos artigos finais por países e continentes (fonte: elaborada pelos autores com base nos procedimentos metodológicos adotados – ver Seção 3)

EUROPA	Alemanha	2	ÁSIA	China	2
	Áustria	1		Cingapura	5
	Bélgica	1		Coreia do Sul	1
	Dinamarca	1		Formosa (Taiwan)	1
	Espanha	3		Hong Kong	2
	França	1		Índia	2
	Finlândia	1		Japão	1
	Grécia	1		Vietnã	1
	Itália	6		TOTAL	15
	Islândia	1		AMÉRICA DO NORTE	Canadá
	Lituânia	1	Estados Unidos		3
	Portugal	3	TOTAL	4	
	Suécia	3	AMÉRICA DO SUL	Brasil	5
	Turquia	1		Colômbia	1
	TOTAL	26		TOTAL	6
	OCEANIA	Austrália	2	ÁFRICA	África do Sul
Nova Zelândia		1	Etiópia		1
TOTAL		3	TOTAL		2

Havendo a possibilidade de cada trabalho possuir mais de uma categoria das definições teórico-classificadoras propostas para os modelos de referência, tem-se um total de 60 registros (Figura 3), com a físico-territorial (18 – 30,00%) e a político-institucional (16 – 26,67%) entre as mais presentes. Em seguida, estão a socioeconômica e a técnico-tecnológica (ambas com 11 – 18,33%), sendo a jurídico-legal (4 – 6,67%) a menos representativa entre os estudos analisados. As palavras-chave (e suas similares) repetidas pelo menos uma vez nos artigos por classificação são ilustradas na Figura 4, na qual se detecta a predominância, exceto no caso de *landscape*, dos termos (e seus sinônimos) de busca bibliométrica (*urban* ou *city*; *pandemic* ou *COVID* – ver Seção 3), consideradas, portanto, peculiares à presente investigação.

**Figura 3:** Gráfico do quantitativo de artigos finais por categorias teórico-classificadoras de modelos de referência (fonte: elaborada pelos autores com base nos procedimentos metodológicos adotados – ver Seção 3)

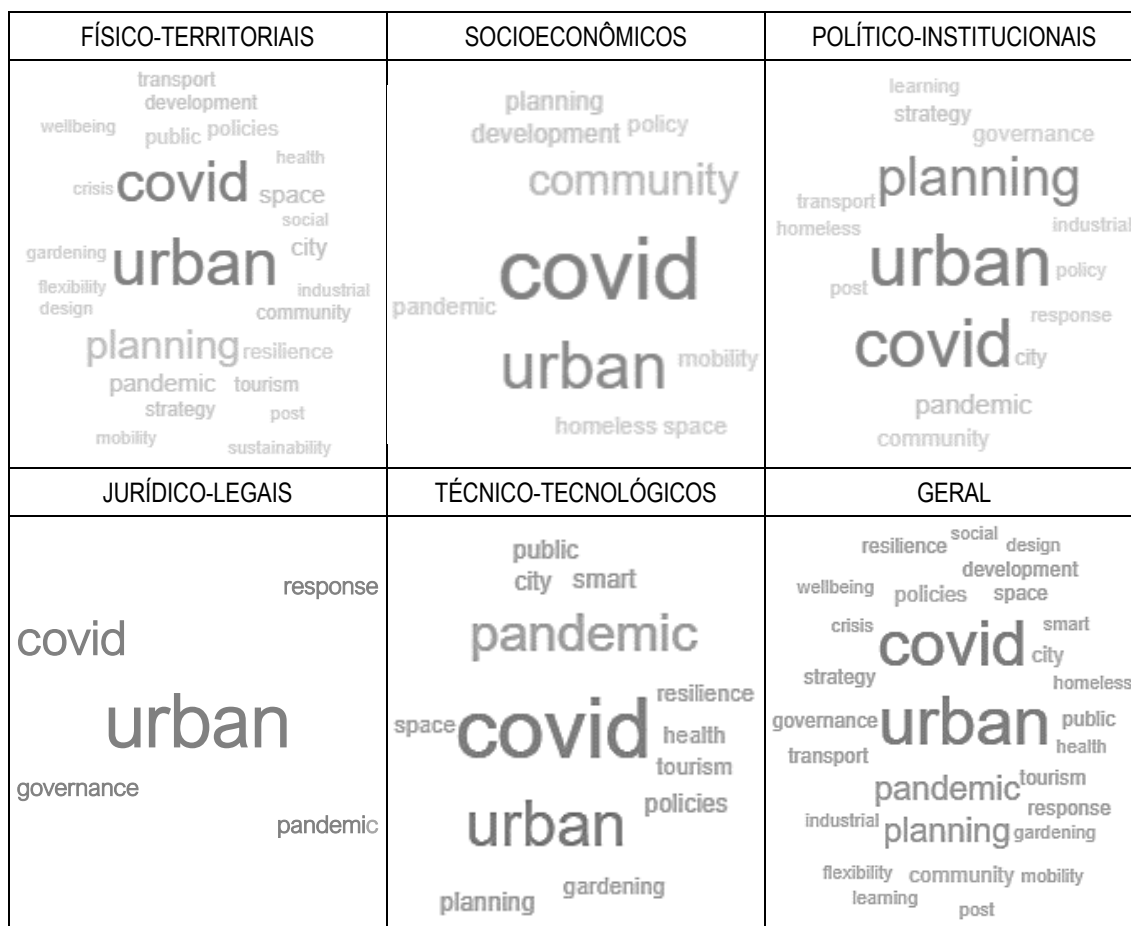


Figura 4: Nuvens de palavras-chave repetidas nos artigos finais por categorias teórico-classificadoras de modelos de referência (fonte: elaborada pelos autores com base nos procedimentos metodológicos adotados – ver Seção 3 – a partir de Google Docs)

Os artigos pertinentes aos **modelos físico-territoriais**, portanto relacionados com a atuação direta sobre o ambiente concreto das cidades, são representativos de variada gama de abordagens. Essa diversidade pode ser observada pelas suas próprias palavras-chave, dentre as quais, além das consideradas peculiares, cabe destaque (acima de 5,00% de repetições na categoria) para *planning* (planejamento – oito citações – 8,08%) e para *space* (espaço – seis – 6,06%).

Alguns exemplos desses modelos estão relacionados, então, com a concepção de planos urbanísticos específicos, incluindo modos alternativos para urbanização (COTELLA; BROVARONE, 2020 – estudo na Itália), a busca da resiliência sanitária (SARAVIA-MADRIGAL, 2021 – Valadollid, Espanha), a observação de locais sociais voltados ao bem-estar comunitário a partir de estrutura analítica sobre influências do ambiente na vida do cidadão (RADOMSKAYA; BHATI, 2022 – Cingapura), a implementação de ciclovias temporárias como alternativas à interrupção dos serviços regulares de transporte (HARRIS; MCCUE, 2022 – Sidney, Austrália) e a cocriação por adolescentes de espaços públicos europeus (COSTA; BATISTA; MENEZES, 2021 – Ghent, Bélgica; Lisboa, Portugal; Milano, Itália; Vilnius, Lituânia). Nesse quadro, Silvestre (2022) indica a flexibilização de normas urbanas para obras durante a crise sanitária no Rio de Janeiro.

Incluindo trabalhos acima citados, os focos sobre paisagem são diversificados, desde aspectos dirigidos a características de territorialização, como estratégias para aumento da vitalidade espacial (HUCKO, 2022 – estudo em Berlin e Hamburg, Alemanha), ampliação do sentimento de pertencimento ao local (ALVES; MARQUES; BRETAS, 2022 – Ouro Preto), viabilização de desenho urbano participativo (LÓPEZ ESCOLANO; RODRÍGUEZ BELTRÁN, 2022 – Zaragoza, Espanha) e adequação de usos para conformação de espaços públicos de qualidade (SEPE, 2021

– Cagliari, Genova, Lecce, Narni, Palermo, Roma, San Benedetto del Tronto, Siena e Trieste, Itália), até a atributos de sustentabilidade, como implementação de jardins, hortas comunitárias e outras áreas verdes (JOSHI; WENDE, 2022 – Edmonton, Canadá), prática da jardinagem caseira (SIA et al., 2022 – Cingapura) e modelo de projeto paisagístico para desenvolvimento sustentável de regiões montanhosas (DEZIO, 2021 – Vermont, Estados Unidos).

Nesse escopo, Samuelsson (2021) comprova as relações entre frequência a locais com características naturais e melhoria na sensação de bem-estar durante o evento pandêmico em Stockholm, Göteborg e Uppsala, Suécia. Um trabalho que retrata bem o enfoque sob aspectos pandêmicos é o de Mengistu et al. (2022), em que é traçado um panorama da atuação governamental a partir do caso etíope de planejamento de parques industriais em centros urbanos sustentáveis.

Essas abordagens também incluem características tanto de funcionalidade, a exemplo de melhoria da resiliência da mobilidade (KYRIAKIDIS, 2023 – estudo em Athina, Grécia), incluindo medidas da sociedade civil frente a soluções governamentais (DAS; ZHANG, 2021 – Cingapura), quanto de visitação, pela remodelação de futuros cenários turísticos por mudanças físicas no redesenho do tecido urbanizado e Milano de espaços, atrações e atividades, com consequências sobre condições emocionais, pela renovação de valores e atitudes para inspiração de visitantes, adaptando as suas experiências aos seus anseios (PASQUINELLI, 2022 – Firenze, Milano, Roma e Venezia, Itália).

Aparentemente mais vinculados a impactos pandêmicos em comparação às demais tipologias, os artigos relacionados a **modelos socioeconômicos** compreendem várias novas proposições, em geral associadas à categoria político-institucional. Além das consideradas peculiares, dentre suas palavras-chave são encontradas (acima de 5,00% de repetições na categoria): *community* (comunidade – cinco citações – 13,51%), *planning* (planejamento – três – 8,11%) e *development* (desenvolvimento – três – 8,11%), além de *homeless* (sem teto), *mobility* (mobilidade), *policies* (políticas) e *space* (espaço), com duas cada (5,40% unitariamente).

Nessas circunstâncias, alguns textos referentes a esses modelos são voltados ao próprio urbanismo, incluindo a perspectiva pedagógica do Sul Global, especificamente sobre bairros autoconstruídos e economicamente desfavorecidos, além de iniciativas (“convites”) de cozinhas locais no combate à fome (ORTIZ; MILLAN, 2022 – estudo em Medellín, Colômbia). Dois artigos tratam de ações públicas de assistência a pessoas em situação de rua. No primeiro, Colburn et al. (2022) analisam o investimento em hotéis como abrigos de emergência para esses indivíduos em King County, WA, Estados Unidos, e principalmente os benefícios dessa alternativa para o setor da saúde comparativamente a albergues tradicionais. No segundo, Silva, Reis Neto e Cunha Júnior (2020) avaliam tanto as políticas públicas de cidades brasileiras em relação a essa população quanto o acesso à moradia perante programas de habitação de interesse social.

Ainda sob a ótica de vulnerabilidade social, Basile (2022 – estudo no Rio de Janeiro e em São Paulo) avalia discursos de organizações comunitárias em favelas frente à necropolítica do Estado, enquanto Friendly (2020) analisa o episódio do Complexo da Maré, na capital carioca, permitindo a reflexão sobre a essencialidade da atuação de comunicadores voluntários, como planejadores insurgentes, em circunstâncias de ausência estatal no atendimento às necessidades da população.

Por outro lado, Odendaal (2021) enfoca uma iniciativa de comunidades da África do Sul visando à compensação de dificuldades econômicas enfrentadas durante a COVID-19. Elander, Granberg e Montin (2022), por sua vez, se voltam à vulnerabilidade socioambiental por meio da interpretação de condições de securitização e de planejamento aplicadas na Suécia para amenização da complexidade da existência conjunta de mudanças climáticas, migrações populacionais e efeitos pandêmicos.

As questões socioeconômicas são também relativas ao bem-estar individual, relacional e social durante a pandemia. Para Cingapura, Radomskaya e Bhati (2021) apregoam que espaços urbanos devem ser estruturados por coação (melhor visibilidade das práticas da comunidade), copresença (senso de conexão com o lugar) e colocação (desenho espacial capaz de influenciar movimento e interação das pessoas). Outras colocações dizem respeito à resiliência da mobilidade (KYRIAKIDIS, 2023 – estudo em Athína, Grécia) e à requalificação dos locais para valorização da experiência dos visitantes (PASQUINELLI, 2022 – Firenze, Milano, Roma e Venezia, Itália).

Cotella e Brovarone (2020), em outra vertente, estudam relações entre o urbano e o rural em termos de potencial de “retração” para regiões interioranas da Itália. Atréda a críticas quanto à real efetividade de volta ao ambiente campestre, por meio de análise de suas desvantagens, como a baixa acessibilidade e dependência de veículos automotores, ou mesmo a dificuldade de acesso a serviços, é apontada a ingenuidade dessa esperança de retorno vista a qualidade de vida nas áreas urbanizadas. Desse modo, a ótica mais realista, para os autores, é o fortalecimento da interação da cidade com o campo em um sistema único.

Os estudos com aderência a **modelos político-institucionais** são relacionados à feição das atividades em si, pois ou têm forte caráter formal, geralmente interpretando a eficiência da administração pública no período de pandemia, ou configuração informal, quando há incapacidade do Estado na atuação sobre problemáticas específicas. Como preponderância de palavras-chave dos artigos (acima de 5,00% das repetições), à exceção das consideradas peculiares, têm-se *planning* (planejamento – nove citações – 13,43%), *governance* (governança – cinco – 7,46%) e *community* (comunidade – quatro – 5,97%).

O artigo de Anttiroiko (2021 – estudo em 17 países da Ásia, Europa e Oceania) traz duas análises sobre atuação formal e institucionalizada. A primeira é dirigida aos principais pontos de respostas estratégicas de governo para a crise sanitária, como conhecimento, manejo clínico e médico no combate à doença; higiene e desinfecção; prevenção de transmissão comunitária; uso de métodos autoritários de supressão do contágio e manutenção de serviços essenciais. A segunda, por sua vez, é direcionada ao comparativo na conduta governamental entre nações do Oriente e do Ocidente. Enquanto os casos orientais mostram práticas proativas e de diligência invasiva, os ocidentais, de maneira geral, são mais reativos e comumente tardios.

Ainda sobre estudos de caráter formal, reiteram-se processos de governança durante a pandemia da COVID-19 quanto a mudanças climáticas e a migrações populacionais (ELANDER; GRANBERG; MONTIN, 2022 – estudo na Suécia) e iniciativas governamentais para resiliência social em áreas remotas (COTELLA; BROVARONE, 2020 – Itália). Igualmente, acrescenta-se o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à rápida instalação de bases para mobilidade ativa diante da suspensão temporária de serviços de transporte (HARRIS; MCCUE, 2022 – Sidney, Austrália), à participação da sociedade no desenho urbano (LÓPEZ ESCOLANO; RODRÍGUEZ BELTRÁN, 2022 – Zaragoza, Espanha), à qualificação de espaços públicos (SEPE, 2021 – Cagliari, Genova, Lecce, Narni, Palermo, Roma, San Benedetto del Tronto, Siena e Trieste, Itália) e ao zoneamento da expansão urbano-industrial associado a medidas político-institucionais e sanitário-epidemiológicas (MENGISTU et al., 2022 – Etiópia).

Ações institucionais da área da saúde para contenção viral são também mencionadas por Saravia-Madrigal (2021 – estudo em Valadollid, Espanha). De outra maneira, práticas administrativas do isolamento social são citadas por Mali, Yerramsetti e Manoharan (2021 – Delhi, Índia), relacionadas à capacidade de apoio do e-planejamento a iniciativas de transformação de comunidades locais.

Já na conjuntura informal, Friendly (2020) reforça a adoção de medidas espontâneas e solidárias pela comunidade do Complexo da Maré (Rio de Janeiro), com caráter tanto educacional para prevenção individual (uso de máscara e higienização das mãos, por exemplo), passando pela transmissão de informações por grafites em muros (comunicando o número de mortos e infectados

da cidade e do país em comparação aos casos da favela propriamente dita), até a coleta de alimentos e outros donativos para apoio aos moradores mais afetados.

Demais trabalhos sobre diligências informais relacionam a atuação de comunidades tanto no combate a dificuldades pandêmicas, como no caso sulafricano da infraestrutura de cuidado (ODENDAAL, 2021), quanto na ajuda a populações carentes nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (BASILE, 2022) e a pessoas em situação de rua (COLBURN et al., 2022 – King County, WA, Estados Unidos; SILVA; REIS NETO; CUNHA JÚNIOR, 2020 – cidades brasileiras). Em seus artigos, Joshi e Wende (2022) apresentam soluções para adaptação do funcionamento de hortas comunitárias em Edmonton, Canadá, visando ao distanciamento físico, e Ortiz e Millan (2022) ressaltam a participação de mulheres em assentamentos autoconstruídos enraizados em redes de solidariedade em Medellín, Colômbia.

Para os **modelos jurídico-legais**, fica evidente que, em grande parte, servem para o estabelecimento de estruturas normativas ou de modificação legislativa, em marcante associação às demais classificações. Exceto para as consideradas peculiares, as palavras-chave com maior frequência nos artigos (mais de 5,00% de repetições) correspondem a *governance* (governança) e *response* (resposta), com duas citações cada (14,28% unitariamente).

Em síntese, esses modelos representam a formalização de medidas epidemiológicas. Como exemplos, têm-se os casos já relatados tanto por Anttiroiko (2021 – estudo em 17 países da Ásia, Europa e Oceania), que trata de alternativas legislativas para governança durante crises sanitárias, quanto por Silvestre (2022), que, a partir de interpretação sobre a cidade do Rio de Janeiro, gera a hipótese de flexibilização jurídica e administrativa de restrições para a edificação de “puxadinhos” com vistas à geração de condições mínimas de habitação para sobrevivência durante eventos pandêmicos.

Outra questão destacada sob viéses jurídicos e legislativos, é o direito à habitação representada pelo caso de Lisboa, Portugal (MENDES, 2021), com atuação de diferentes movimentos sociais na discussão da tomada de decisões governamentais sobre o tema. Em outra direção, Wakefield, Molinari e Grove (2022) comentam sobre legislação para intensificação da implementação de criptomoedas durante a pandemia em Miami, Estados Unidos.

Os **modelos técnico-tecnológicos** também são diversos em suas ocorrências. Afora as consideradas peculiares, as principais palavras-chave mencionadas nos artigos (mais de 5,00% de repetições na categoria) são *planning* (planejamento), *policies* (políticas), *public* (público) e *smart* (inteligente), com três citações cada (6,38% unitariamente).

Um tópico presente em três artigos é a aplicação de técnicas de vigilância digital associada ao controle epidemiológico de casos da doença e de movimentação de pessoas (HUCKO, 2022 – estudo em Berlin e Hamburg, Alemanha; MISHRA et al., 2022 – Índia). Inclusive, há o comparativo entre políticas implementadas pela China e por Hong Kong para divulgação governamental e em noticiários (TAN; CHIU-SHEE; DUARTE, 2022).

O caso de Cingapura relatado por Das e Zhang (2021) compreende o uso de aplicativos para monitoramento do deslocamento e contato entre indivíduos por meio dos sinais de *bluetooth* articulado com sistema de *check-in* e *check-out* em estabelecimentos, cujas críticas incluem a necessidade de sua integração com políticas e outras iniciativas. Por sua vez, o trabalho de Conticelli et al. (2020) traz o desafio da digitalização da informação aplicada ao planejamento urbano na esfera educacional voltada ao ambiente construído na escala da edificação no plano geral da municipalidade de Castelfranco Emilia, Itália.

Em outros direcionamentos, reapresentam-se textos sobre soluções técnico-tecnológicas para a financeirização e implementação de criptomoedas durante o período pandêmico para transações em nível municipal (WAKEFIELD; MOLINARI; GROVE, 2022 – estudo em Miami, Estados Unidos); para a recriação, por intermédio de novas tecnologias, de experiências urbanas e estímulo a novas formas de sociabilidade em espaço urbano híbrido de convívio (ALVES; MARQUES; BRETAS,

2022 – Ouro Preto); e para a participação inovadora de adolescentes na coprodução de espaços públicos europeus (COSTA; BATISTA; MENEZES, 2021 – Ghent, Bélgica; Lisboa, Portugal; Milano, Itália; Vilnius, Lituânia). Também podem ser novamente citados artigos relativos à regeneração do senso de comunidade em meios digitais no âmbito de jardins, hortas comunitárias e outras áreas verdes (JOSHI; WENDE, 2022 – Edmonton, Canadá); à comunicação turística de marcas de cidades em redes sociais no período pré e pós-pandêmico (PASQUINELLI, 2022 – Firenze, Milano, Roma e Venezia, Itália) e a inovações vinculadas a benefícios da jardinagem ao bem-estar e à resiliência mental (SIA et al., 2022 – Cingapura).

Em suma, muitos desses modelos servem tanto para os períodos de crise sanitária quanto para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em situações normais. Salvo as consideradas peculiares, a única palavra-chave que alcança, em termos gerais, mais de 5,00% das repetições é *planning* (planejamento – 23 citações – 8,27%). Diagnostica-se, assim, a importância do ordenamento não apenas físico-territorial, mas também socioeconômico, político-institucional, jurídico-legal e técnico-tecnológico de cidades, o que conduz às reflexões finais deste trabalho.

5. Conclusão

A partir do panorama teórico-classificatório de entendimento de modelos de referência nacionais e internacionais para gestão urbana e paisagística de cidades (pós-)pandêmicas, com decorrente alcance do objetivo da pesquisa, os artigos científicos identificados fornecem diferenciados direcionamentos à atuação do poder público, ou mesmo da própria comunidade, em crises sanitárias. Servem, desse modo, de base a ser não simplesmente aplicada, mas essencialmente aprimorada, diante da insuficiência de respostas ao questionamento investigativo acerca de estratégias derivadas de planos, projetos, ações e iniciativas similares) direcionados à humanização da urbe em contextos (pós-)pandêmicos.

Essa incipiência é relacionada à confirmação da hipótese de que os exemplos estudados são, em geral, destinados à adaptação para mitigação de impactos epidemiológicos e de suas medidas restritivas de circulação e de contato social, ou seja, com ausência de fortes contornos de prevenção da problemática. Reforça-se que o fulcro de praticamente todos os textos sobre questões diversas durante a pandemia contém ações de controle da doença como condicionante da temática relacional entre urbanidade e saúde.

Em termos relativos, os trabalhos sobre a realidade brasileira são qualitativa e quantitativamente relevantes, sendo reforçados e complementados pelos casos estrangeiros. Porém ainda se depreende a pertinência de detalhamento de informações a partir da ampliação das bases de periódicos e, por decorrência, de artigos científicos, visando à maior precisão dos modelos sistematizados.

Em um primeiro momento, a paisagem é apreciada de maneira indireta como objeto de análise científica, pelo menos quanto a modelos de referência. No limite do horizonte dos repositórios consultados, não há iniciativas com foco efetivo no agenciamento paisagístico, sendo restritas a ações com consequências factuais em cenários urbanizados.

Não obstante a sua importância em conjunturas pandêmicas, a humanização urbana e paisagística ainda não constitui, aparentemente, estratégia determinante à aplicação de soluções de problemas derivados de medidas restritivas de circulação e contato social, com carência de investigações acerca da percepção social sobre o ambiente urbanizado. Essa assertiva, no entanto, refere-se única e exclusivamente aos modelos de referência, pois alguns dos artigos excluídos no processo bibliométrico, sobretudo os de caráter teórico e os não pertinentes a planos, projetos, ações e iniciativas similares, apresentam abordagem humanizada do espaço citadino, vista significância do fator psicossocial nessas circunstâncias.

Por sua vez, os procedimentos metodológicos adotados permitem inferências para trabalhos futuros, a exemplo da ampliação do número de artigos a serem analisados e da utilização de

variáveis complementares para interpretação das categorias teórico-classificatórias propostas, o que permitiria a comparação entre diferentes iniciativas. Vale ressaltar que, previamente, o caráter exploratório de pesquisa apontava para a impossibilidade de conclusões definitivas e incontestáveis, mas a intenção primordial do estudo compreende o levantamento de pontos de debate e de subsídios para investigações subsequentes, sem a pretensão de esgotamento do assunto.

Consideram-se, ainda, procedentes os desdobramentos de abordagem dos modelos de referência, pois os recortes de artigos enquadrados nas áreas de estudos urbanísticos e de planejamento urbano e regional nos repositórios selecionados eliminam outros trabalhos de possível interesse em outros campos correlatos da ciência. Provavelmente por esse motivo as palavras-chave mais citadas, afora as consideradas peculiares, sejam normalmente vinculadas a esses setores científicos.

Por fim, conclui-se pela adequabilidade da avaliação de aplicações formais e informais voltadas à realidade das cidades, com achados sobre essas operações em períodos consentâneos e posteriores à pandemia da COVID-19. Esses resultados, consubstanciados em modelos físico-territoriais, socioeconômicos, político-institucionais, jurídico-legais e técnico-tecnológicos, geram relevantes subsídios à conformação de paisagens humanizadas em processos de gestão da cidade (pós-)pandêmica.

Referências

ALEHASHEMI, Ayda; MANSOURI, Seyed-Amir; BARATI, Nasser. *Urban infrastructures and the necessity of changing their definition and planning landscape infrastructure; a new concept for urban infrastructures in 21st century*. **Bagh-E Nazar** [online], v.13, n.43, p.5-18, 2017.

http://www.bagh-sj.com/jufile?ar_sfile=1025204&lang=en

ALMEIDA, Débora Cristina Rezende de, CUNHA, Eleonora Schettini Martins. A análise da deliberação democrática: princípios, conceitos e variáveis. In: PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2011, p.109-123. ISBN 978-8578111090

ANTTIROIKO, Ari-Veikko. *Successful government responses to the pandemic: contextualizing national and urban responses to the COVID-19 outbreak in East and West*. **International Journal of E-Planning Research**, v.10, n.2, p.1-17, 2021.

<http://doi.org/10.4018/IJEPR.20210401.0a1>

ALVES, Kerley Santos; MARQUES, Welington Ribeiro Aquino; BRETAS, Eberte Moura. Turismo local e o conviver em Ouro Preto em tempos de pandemia: lugar de encontro e de desencontro dos moradores. **RDC – Revista de Direito da Cidade**, v.14, n.1, p.392-410, 2022.

<https://doi.org/10.12957/rdc.2022.54968>

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. Condições socioeconômicas em saúde: discussão de dois paradigmas. **Revista de Saúde Pública**, v.42, n.3, p.562-567, 2008.

<https://doi.org/10.1590/S0034-89102008005000017>

BASILE, Patricia. *Vulnerability, neglect, and collectivity in Brazilian favelas: Surviving the threats of the COVID-19 pandemic and the state's necropolitics*. **Urban Studies**, s.n.(preprint), p.1-17, 2022. <https://doi.org/10.1177/0042098022110334>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei Federal Nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jan. 2015.

CELUPPI, Ianka Cristina; LIMA, Geovana dos Santos; ROSSI, Elaine; WAZLAWICK, Raul Sidnei; DALMARCO, Eduardo Monguilhott. Uma análise sobre o desenvolvimento de tecnologias digitais em saúde para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil e no mundo. **Cadernos de Saúde Pública**, v.37, n.3, p.1-12, 2021. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00243220>

CLARIVATE. **Web of Science**. Disponível em: <https://clarivate.com/webofsciencelibrary/solutions/web-of-science/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

COLBURN, Gregg; FYALL, Rachel; MCHUGH, Christina; MORARAS, Pear; EWING, Victoria; THOMPSON, Samantha; DEAN, Taquesha; ARGODALE, Sarah. *Hotels as noncongregate emergency shelters: An analysis of investments in hotels as emergency shelter in King County, Washington, during the COVID-19 pandemic*. **Housing Policy Debate**, v.32, n.6, p.853-875, 2022. <https://doi.org/10.1080/10511482.2022.2075027>

COSTA, Carlos Smaniotto; BATISTA, Joana Solipa; MENEZES, Marluci. *What happens when teenagers reason about public open spaces? Lessons learnt from co-creation in Lisbon*. **Cidades, Comunidades e Territórios**, v.43, p.139-155, 2021. <https://doi.org/10.15847/cct.22456>

COSTA, Italo Fernando. Os 18 instrumentos legais de urbanização presentes no ordenamento jurídico brasileiro: As leis n. 6.766/79 e 10.257/01 e sua capacidade para dirimir os problemas relacionados ao uso da propriedade privada. **Revista de Direito [online]**, v.7, n.2, p.137-188, 2016. <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/1629>

COTELLA, Giancarlo; BROVARONE, Elisabetta Vitale. *Questioning urbanisation models in the face of COVID-19: The crisis as a window of opportunity for inner areas*. **TeMA – Journal of Land Use, Mobility and Environment**, n.spec.(Covid-19 vs City-20), p.105-118, 2020. <https://doi.org/10.6092/1970-9870/6913>

CONTICELLI, Elisa; MARZANI, Giulia; ROSAS, Paula Saavedra; SANTANGELO, Angela; TONDELLI, Simona. *A field-based learning experience in the time of COVID-19*. **TRIA – Territorio della Ricerca su Insediamenti e Ambiente**, v.25, n.2, p.113-126, 2020. <https://doi.org/10.6092/2281-4574/7597>

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. 2.ed. Tradução de Isabel Correia e de Carlos de Macedo. reimp. Lisboa, PT: Edições 70, 2015. (Título original: *The concise townscape*. Abingdon, EN, UK: Architectural; Routledge, 1961). ISBN 978-9724414010

CUSTÓDIO, Maraluce Maria. **Introdução ao direito de paisagem**: contribuição ao seu reconhecimento como ciência no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Lumem Juris, 2014[2000]. ISBN 978-8584400973

DAS, Diganta; ZHANG, Jie J. *Pandemic in a smart city: Singapore's COVID-19 management through technology & society*. **Urban Geography**, v.42, n.3, p.408-416, 2021. <http://dx.doi.org/10.1080/02723638.2020.1807168>

DAVIS, John B.; DOLFSMA, Wilfred. *Social economics: An introduction and a view of the field*. In: DAVIS, John B.; DOLFSMA, Wilfred. **The Elgar companion to social economics**. Cheltenham, EN, UK: Edward Elgar. 2008, p.1-7. ISBN 978-1848442771

DE WIT, Saskia. *Let's walk urban landscapes: New pathways in design research*. **Journal of Landscape Architecture**, v.11, n.1, p.96-97, 2016. <https://doi.org/10.1080/18626033.2016.1144695>

DEZIO, Catherine. *Agritourism and slow lines: Hybrid practices for a landscape design model to support agriculture in mountain regions. Vermont as read from an Italian perspective*. **Ciudades**, v.s/n., n.24, p.79-98, 2021. <https://doi.org/10.24197/ciudades.24.2021.79-98>

- DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano**. 3.ed. Curitiba, PR: InterSaberes [Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão – IBPEX], 2013[2007]. ISBN 978-8599583418
- DURRHEIM, David N.; BAKER, Michael G. COVID-19 – *a very visible pandemic*. **The Lancet** [online], v.396, n.10248, p.e17, 2020. [https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(20\)31675-5.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(20)31675-5.pdf)
- ELANDER, Ingemar; GRANBERG, Mikael; MONTIN, Stig. *Governance and planning in a 'perfect storm': Securitising climate change, migration, and COVID-19 in Sweden*. **Progress in Planning**, v.164, n.100634, p.1-30, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.progress.2021.100634>
- FERREIRA, Laura Ribeiro; ARTMANN, Elizabeth. Discursos sobre humanização: profissionais e usuários em uma instituição complexa de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.23, n.5, p.1437-1450, 2018. <http://doi.org/10.1590/1413-81232018235.14162016>
- FRIENDLY, Abigail. *Insurgent planning in pandemic times: The case of Rio de Janeiro*. **International Journal of Urban and Regional Research**, v 46, n.1, p.115-125, 2020. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.13000>
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2.ed. Tradução de Anita Di Marco. São Paulo, SP: Perspectiva, 2014. (Título original: *Cities for people*. Washington, DC, US: Island, 2009). ISBN 978-8527309806
- HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos; HARDT, Marlos. Cidades e pandemias: uma história sem fim? **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.1, n.1-2(esp.), p.1-6, 2020.
- HARRIS, Mike; MCCUE, Peter. *Pop-up cycleways*. **Journal of the American Planning Association**, s.n.(preprint), p.1-11, 2022. <https://doi.org/10.1080/01944363.2022.2061578>
- HUCKO, Miko. *Fickle spheres: The constant re/construction of the private and other new habits*. **Urban Studies**, n.spec.(Urban Public Health Emergencies and the COVID-19 Pandemic), p.1-12, 2022. <https://doi.org/10.1177/00420980221095734>
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3.ed. Tradução de Carlos Silveira Mendes Rosa. São Paulo, SP: WWF Martins Fontes, 2011. (Título original: *The death and life of great American cities*. New York, NY, US: Vintage, 1961) ISBN 978-8578274214
- JOSHI, Neelakshi; WENDE, Wolfgang. *Physically apart but socially connected: Lessons in social resilience from community gardening during the COVID-19 pandemic*. **Landscape and Urban Planning**, v.223, n.104418, p.1-9, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2022.104418>
- KALAIARASAN, Anbuchelvi. *A study on passive sustainable techniques (PST) in urban landscape*. **Indian Journal of Science and Technology**, v.9, n.6, p.1-7, 2016. <http://doi.org/10.17485/ijst/2016/v9i6/87664>
- KESHTKARAN, Reza. *Urban landscape: A review of key concepts and main purposes*. **International Journal of Development and Sustainability Science and Technology** [online], v.8, n.2, p.141-168, 2019. <https://isdsnet.com/ijds-v8n2-06.pdf>
- KYRIAKIDIS, Charalampos; CHATZIOANNOU, Ioannis; ILIADIS, Filippos; NIKITAS, Alexandros; BAKOGIANNIS, Efthimios. *Evaluating the public acceptance of sustainable mobility interventions responding to COVID-19: The case of the Great Walk of Athens and the importance of citizen engagement*. **Cities**, v.132, n.103966, p.1-15, 2023. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2022.103966>
- LOPES, Maira Gonçalves; NASCIMENTO, Alessandra Santos. A participação política institucional em perspectiva histórica. **Perspectivas – Revista de Ciências Sociais** [online], v.47, p.107-137, 2016. <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/10811/6999>

- LÓPEZ ESCOLANO, Carlos; RODRÍGUEZ BELTRÁN, María del Mar. *Un caso de análisis para la planificación urbana en el contexto del COVID-19: El acuerdo por el futuro de Zaragoza (España)*. **Revista de Urbanismo**, n.46, p.3-21, 2022. <http://dx.doi.org/10.5354/0717-5051.2022.61187>
- LORENZETTI, Jorge; TRINDADE, Leticia de Lima; PIRES, Denise Elvira de; RAMOS, Flávia Regina Souza. Tecnologia, inovação tecnológica e saúde: uma reflexão necessária. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v.21, n.2, p.432-339, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000200023>
- MALI, Nidhi Vij; YERRAMETTI, Srinivas; MANOHARAN, Aroon P. *Communicative governance to mitigate the COVID-19 pandemic: Delhi, India*. **International Journal of E-Planning Research**, v.10, n.2, p.116-123, 2021. <https://doi.org/10.4018/IJEPR.20210401.0a10>
- MEISNER Tatiana N.; KOVALEV, Nikolay A.; LYASHENKO, Nadezhda V.; LEPIKHOVA, Victoriya A. *The ecologization and humanization concept of a modern city in the transition of society from industrialism to humanism*. **EurAsian Journal of BioScience [online]**, v.13, n.2, p.1659-1665, 2019. <https://web.archive.org/web/20200320024807/http://www.ejobios.org/download/the-ecologization-and-humanization-concept-of-a-modern-city-in-the-transition-of-society-from-7320.pdf>
- MENDES, Luís. Lutas urbanas pelo direito à habitação em Lisboa em tempos de pandemia. **Cadernos Metrópole**, v.23, n.50, p.203-232, 2021. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5008>
- MENGISTU, Daniel Tesfaw; GEBREMARIAM, Ephrem; WANG, Xingping; ZHAO, Shengbo. *Pandemic-resilient urban centers: A new way of thinking for industrial-oriented urbanization in Ethiopia*. **Urban Science**, v.6, n.2, p.1-20, 2022. <https://doi.org/10.3390/urbansci6020026>
- MINAHIM, Maria Auxiliadora; COSTA, Lucas Gabriel Santos. Instrumentos de ação do Poder Público empregados para o enfrentamento da COVID-19: a necessária articulação de comportamentos. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v.10, n.2, p.123-138, 2021. <https://doi.org/10.17566/ciads.v10i2.768>
- MISHRA, Ajay Kumar; MANDADI, Meghana; MISRA, Arun Kumar; KESHARWANI, Ankit. *Emergency responses of Indian smart cities during the COVID-19 pandemic*. **Journal of Urban Affairs**, s.n.(preprint), p.1-12, 2022. <https://doi.org/10.1080/07352166.2022.2057320>
- MOURATIDIS, Kostas; POORTINGA, Wouter. *Built environment, urban vitality, and social cohesion: Do vibrant neighborhoods foster strong communities?* **Landscape and Urban Planning**, v.204, n.103951, p.1-9, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2020.103951>
- NIA, Hourakhsh Ahmad. *The role of urban aesthetics on enhancing vitality of urban spaces*. **Khulna University Studies**, v.18, n.2, p.59-77, 2021. <https://doi.org/10.53808/KUS.2021.18.02.2112-E>
- ODENDAAL, Nancy. *Constructing an 'infrastructure of care' – understanding the institutional remnants and socio-technical practices that constitute South Africa's COVID-19 response*. **Urban Geography**, v.42, n.3, p.391-398, 2021. <https://doi.org/10.1080/02723638.2020.1807166>
- OECD – Organization for Economic Co-Operation and Development. **Tackling coronavirus (COVID-19): Contributing to a global effort – cities policy responses**. Paris, FR: institutional edition, 2020. https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=126_126769-yen45847kf&title=Coronavirus-COVID-19-Cities-Policy-Responses
- OLIVEIRA, Lina Yule Queiroz de; BORGES, Pedro Pereira. O direito à cidade e o desenvolvimento local como base para a humanização do espaço urbano. **Interações**, v.19, n.4, p.739-755, 2018. <https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1630>

- ORTIZ, Catalina; MILLAN, Gynna. *Critical urban pedagogy: Convites as sites of Southern urbanism, solidarity construction and urban learning*. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.46, n.5, p.822-844, 2022. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.13119>
- PASQUINELLI, Cecília; TRUNFIO, Mariapina; BELLINI, Nicola; ROSSI, Simona. *Reimagining urban destinations: Adaptive and transformative city brand attributes and values in the pandemic crisis*. **Cities**, v.124, n.103621, p.1-10, 2022. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2022.103621>
- PÉREZ-DELHOYO, Raquel; GARCÍA-MAYOR, Clara; MORA, Higinio; GILARD-IGLESIAS, Virgilio; ANDÚJAR-MONTOYA, María. *Improving urban accessibility: A methodology for urban dynamics analysis in smart, sustainable, and inclusive cities*. **International Journal of Sustainable Development and Planning**, v.12, n.3, p.357-367, 2016. <http://doi.org/10.2495/SDP-V12-N3-357-367>
- RADOMSKAYA, Valeriya; BHATI, Abhishek Singh. *Hawker centres: A social space approach to promoting community wellbeing*. **Urban Planning**, v.7, n.4, p.167-178, 2022. <https://doi.org/10.17645/up.v7i4.5658>
- SAMUELSSON, Karl; BARTHEL, Stephan; GIUSTI, Matteo; HARTIG, Terry. *Visiting nearby natural settings supported wellbeing during Sweden's "soft-touch" pandemic restrictions*. **Landscape and Urban Planning**, v.214, n.104176, p.1-12, 2021. <http://dx.doi.org/10.1016/j.lurbplan.2021.104176>
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n.58, p.27-45, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000200002>
- SARAVIA-MADRIGAL, Manuel. *El Plan General de Ordenación Urbana de Valladolid 2020, en el lado soleado de la calle*. **Ciudad y Territorio**, v.53, n.207, p.229-256, 2021. <https://doi.org/10.37230/CyTET.2021.207.14.1>
- SCHERER, Rebeca. Paisagem urbanística, urbanização pós-moderna e turismo. In: YAZIGI, Eduardo. (Org.) **Turismo e paisagem**. São Paulo, SP: Contexto, 2002, p.83-106. ISBN 978-8572441872
- SciELO – Scientific Electronic Library Online. **Sobre o SciELO Data**. Disponível em: <https://scielo.org/pt/sobre-o-scielo/scielo-data-pt/sobre-scielo-data-pt/>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- SEPE, Marichela. *COVID-19 pandemic and public spaces: Improving quality and flexibility for healthier places*. **Urban Design International**, v.26, n.2, p.159-173, 2021. <http://dx.doi.org/10.1057/s41289-021-00153-x>
- SEVERO, Marconi. Regimes políticos e confiança institucional: reflexos do Brasil contemporâneo. **Ponto-e-Vírgula**, n.23, p.133-154, 2018. <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2018i23p133-154>
- SIA, Angelia; TAN, Puay Yok; WONG, John Chee Meng; ARAIB, Sophianne; ANG, Wee Foong; ER, Kenneth Boon Hwee. *The impact of gardening on mental resilience in times of stress: A case study during the COVID-19 pandemic in Singapore*. **Urban Forestry & Urban Greening**, v.68, n.e127448, p.1-11, 2022. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ufug.2021.127448>
- SILVA, Leonio José Alves de; REIS NETO, Afonso Feitosa; CUNHA JÚNIOR, Irani Farias. *Risk society and urban hygienism in the COVID-19 scenario: urban invisibility and access to the house of social interest (HIS), in the national policy of the street population (PNPR)*. **Revista de Direito da Cidade**, v.12, n.4, p.2440-2464, 2020. <https://doi.org/10.12957/rdc.2020.54933>
- SILVESTRE, Gilberto Fachetti. Flexibilização das leis urbanísticas de edificação durante a pandemia da doença do coronavírus-2019: A legalização dos puxadinhos e a relação com a pandemia. **Revista de Direito da Cidade**, v.14, n.1, p.608-642, 2022. <https://doi.org/10.12957/rdc.2022.54078>

- SOETHE, Andreza; LEITE, Leandro S. **Arquitetura e a saúde do usuário**. In: Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído, 4., Viçosa, MG, 2015. **Anais eletrônicos [...]**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa – UFV, 2015, p.1-13. <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/6039/3/50.pdf>
- TAN, Shin Bin; CHIU-SHEE, Colleen; DUARTE, Fábio. *From SARS to COVID-19: Digital infrastructures of surveillance and segregation in exceptional times*. **Cities**, v.120, n.103486, p.1-13, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2021.103486>
- TAVASSOLIAN, Golnaz; NAZARI, Mostafa. *Studying legibility perception and pedestrian place in urban identification*. **International Journal of Science, Technology and Society**, v.3, n.2-1, p.112-115, 2015. <http://doi.org/10.11648/j.ijsts.s.2015030201.32>
- VIHANNINJOKI, Vesa. *Urban places as aesthetic phenomena: framework for a place-based ontology of urban lifeworld*. **Topoi**, v.40, p.461-470, 2021. <http://doi.org/10.1007/s11245-018-9601-1>
- XIMENES, Deize Sbarai Sanches; SILVA, Gérsica Morais Nogueira da; MAGLIO, Ivan Carlos; CHIQUETTO, Júlio Barboza; AMATO-LOURENÇO, Luís Fernando; VASCONCELLOS, Maria da Penha; JACOBI, Pedro Roberto; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani; CÉSAR, Vivian Aparecida Blaso Souza Soares. A importância dos espaços públicos e áreas verdes pós-pandemia na cidade de São Paulo (SP). **Revista LABVERDE**, v.10, n.1, p.1-21, 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.labverde.2020.172291>
- WAKEFIELD, Stephanie; MOLINARI, Sarah; GROVE, Kevin. *Crypto-urban statecraft: Post-pandemic urban governance experiments in Miami*. **Urban Geography**, s.n.(preprint), p.1-9, 2022. <https://doi.org/10.1080/02723638.2022.2125664>
- WHO – World Health Organization. **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19**. 11 March 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 13 dez. 2022.